

A naturalização da capacidade de cuidar nas mulheres e seus efeitos discursivos na subjetivação materna

The naturalization of women's ability to care and its discursive effects on maternal subjectivation

La naturalización de la capacidad de cuidado de las mujeres y sus efectos discursivos sobre la subjetivación materna

Recebido: 05/08/2022 | Revisado: 23/08/2022 | Aceito: 24/08/2022 | Publicado: 04/09/2022

Maria Renata Florêncio de Azevedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4676-4968>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: renata-azevedo@gmail.com

Regina Lúcia Wanderlei de Azevedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9461-7137>

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

E-mail: regina.azevedo@gmail.com

Ana Alayde Werba Saldanha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7081-5497>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: analayde@gmail.com

Resumo

Objetivo: objetivou-se investigar nos discursos de mulheres primíparas os efeitos discursivos da naturalização da capacidade de cuidar como atributo essencialmente feminino, nos processos de subjetivação materna. Método: Tratou-se de uma pesquisa de campo de natureza exploratória, segundo a abordagem qualitativa. A amostra foi constituída por 9 mulheres primíparas residentes na cidade de João Pessoa e no sertão da Paraíba. Os instrumentos utilizados foram: Entrevista semiestruturada composta por questões norteadoras e estruturadas de acordo com o objetivo do estudo e Questionário sóciodemográfico. As entrevistas foram analisadas através da análise do discurso e os dados sócio demográficos foram analisados através de estatística descritiva. Resultados: Partindo dos procedimentos anteriormente citados, podemos assumir que emergiram duas grandes unidades de análises, designadas como “Carga mental contínua: a cabeça de uma mãe não para” e “Desresponsabilização paterna na economia do cuidado: “ele não leva muito jeito”, sendo esses alguns dos efeitos discursivos decorrentes das práticas discursivas que naturalizam nas mulheres a da capacidade de cuidar, reverberando nos modos como as mulheres fazem a experiência de si no processo de subjetivação materna. Conclusões: Conclui-se que a naturalização do cuidado ao mesmo tempo que, romantiza o cuidado parental como prática materna normativa, moraliza a prática materna como ação moral das mulheres. Os efeitos disso, tem endereçado as mulheres para experiências de maternidade despotencializadora, principalmente porque, reforça e/ou causam uma progressiva negação da existência das mulheres enquanto sujeitos de ação, posto que, essa normalização vai sendo nutrida a partir de práticas que desumanizam as mulheres.

Palavras-chave: Subjetivação; Maternidade; Cuidado.

Abstract

Objective: the objective was to investigate in the discourses of primiparous women the discursive effects of the naturalization of the ability to care as an essentially feminine attribute, in the processes of maternal subjectivation. Method: This was an exploratory field research, according to a qualitative approach. The sample consisted of 9 primiparous women residing in the city of João Pessoa and in the interior of Paraíba. The instruments used were: Semi-structured interview composed of guiding questions and structured according to the objective of the study and a sociodemographic questionnaire. The interviews were analyzed through discourse analysis and socio-demographic data were analyzed through descriptive statistics. Results: Based on the procedures mentioned above, we can assume that two large units of analysis emerged, designated as "Continuous mental load: a mother's head doesn't stop" and "Paternal disresponsibility in the care economy: "he is not very good", these are some of the discursive effects resulting from discursive practices that naturalize in women the ability to care, reverberating in the ways in which women experience themselves in the process of maternal subjectivation. Conclusions: It is concluded that the naturalization of care, while romanticizing parental care as a normative maternal practice, moralizes maternal practice as a moral action of women. The effects of this have addressed women to depotentiating motherhood experiences,

mainly because it reinforces and/or causes a progressive denial of the existence of women as subjects of action, since this normalization is nourished from practices that dehumanize women.

Keywords: Subjectivation; Maternity; Caution.

Resumen

Objetivo: el objetivo fue investigar en los discursos de mujeres primíparas los efectos discursivos de la naturalización de la capacidad de cuidar como atributo esencialmente femenino, en los procesos de subjetivación materna. **Método:** Esta fue una investigación de campo exploratoria, de acuerdo con un enfoque cualitativo. La muestra estuvo compuesta por 9 mujeres primíparas residentes en la ciudad de João Pessoa y en el interior de Paraíba. Los instrumentos utilizados fueron: Entrevista semiestructurada compuesta por preguntas orientadoras y estructuradas de acuerdo al objetivo del estudio y un cuestionario sociodemográfico. Las entrevistas se analizaron mediante análisis del discurso y los datos sociodemográficos se analizaron mediante estadística descriptiva. surgieron dos grandes unidades de análisis, designadas como “Carga mental continua: la cabeza de una madre no para” y “Desresponsabilidad paterna en la economía del cuidado: “no es muy bueno”, siendo estos algunos de los efectos discursivos resultantes de las prácticas que naturalizan en las mujeres la capacidad de cuidar, repercutiendo en los modos en que las mujeres se experimentan a sí mismas en el proceso de subjetivación materna. **Conclusiones:** Se concluye que la naturalización del cuidado, al romantizar el cuidado parental como práctica materna normativa, moraliza la práctica materna como acción moral de la mujer. Los efectos de esto han dirigido a las mujeres a experiencias de maternidad despotenciadoras, principalmente porque refuerza y/o provoca una negación progresiva de la existencia de las mujeres como sujetos de acción, ya que esta normalización se nutre de prácticas que deshumanizan a las mujeres.

Palabras clave: Subjetivación; Maternidad; Precaución.

1. Introdução

As experiências de maternidade, tanto quanto os sujeitos maternos, são efeitos discursivos de contingências sociais, culturais e econômicas, haja vista que em cada cultura e a cada época, são produzidos modelos de maternidades – que por vezes, é um modelo de parentalidade (Forna, 1999; Scavone, 2004; Perrot, 2019). São concepções que vão ganhando ao longo do tempo e das diversas rupturas culturais, roupagens diversas, como: a maternidade é uma realidade multimodal, um fato social, uma fonte da identidade feminina, o fundamento da diferença reconhecida, destino natural das mulheres (Forna, 1999; Batoner, 1985, Oliveira, 2003; Badinter, 2011; Perrot, 2019).

Na sociedade ocidental, um modelo de maternidade foi sendo constituído para responder as demandas que emergiram em decorrência de mudanças sociais, sobretudo a emergência do capitalismo na Europa do século XVIII. Para tanto, foram produzidas discursividades que colocaram em ação o conceito de sujeito mãe atrelado a ideia de maternagem, a partir da promoção e glorificação do amor materno e do cuidado, como instintivamente presente nas mulheres (Badinter, 1985).

Esses processos, segundo Foucault (1987), envolvem todo um arsenal de determinações, que incidem na relação do sujeito consigo submetendo-o a um conjunto de modelos muito específicos que homogeneizam os modos de pensar, agir e sentir. Acrescenta Nardi e Silva (2004), que essa forma de poder, trata “[...] de encerrar o desejo em representações estereotipadas, vinculando-o a um modo de existência que desencadeia, por sua vez, um processo crescente de individualização da subjetividade [...]” (Nardi & Silva, 2004, pág. 193), produzindo, ao mesmo tempo, uma progressiva modelização e homogeneização de toda experiência subjetiva.

Badinter (2011), postula que esse modelo, vem se atualizando no sentido de tornar-se cada vez mais exigente, mais ainda do que no século XX, tornando a experiência de maternidade “[...] um trabalho em tempo integral. Espera-se que hoje as mães dediquem a duas crianças tantos “cuidados” quanto antigamente, a seis” (Badinter, 2011, pág. 143). Segundo Zanello (2018), esse ideal de maternidade, foi sendo produzido a partir de uma suposta mescla “natural” entre a capacidade de procriar e a capacidade de cuidar (maternagem), esse acontecimento discursivo, passou a englobar como desdobramento dessa capacidade natural de “cuidar”, o cuidado de forma geral, o que inclui trabalho doméstico e de manutenção do lar, ou seja, esses desdobramentos foram naturalizados como “essencialmente” femininos, “[...] uma verdadeira mulher é uma boa dona de casa, que cuida do marido e da família.” (Zanello, 2018, pag. 146).

Ainda que, em função dessa mescla, o cuidado e seus desdobramentos sejam postos socialmente como atribuição natural feminina e ato de amor (Federici, 2019; Zanello, 2018), eles continuam sendo trabalhos que requerem tempo, energia física e psíquica, entre outros recursos materiais e simbólicos. Partindo dessa perspectiva, objetivou-se investigar nos discursos de mulheres primíparas (que teve seu primeiro parto ou vai parir pela primeira vez) os efeitos discursivos da naturalização da capacidade de cuidar como atributo essencialmente feminino nos processos de subjetivação materna.

2. Metodologia

Tratou-se de um estudo exploratório, de caráter transversal, com design qualitativo – um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento. A pesquisa exploratória, de acordo com Minayo (2010), preocupa-se com aspectos da realidade, da história, das relações, crenças, opiniões, produtos de representações dos indivíduos à respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo.

A amostra foi composta por nove mulheres- mães primíparas residentes na cidade de João Pessoa-PB e no sertão da Paraíba a partir de uma amostragem de conveniência (não probabilística). Foram utilizados os seguintes instrumentos: um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, composta por um roteiro de questões abertas. O questionário sociodemográfico teve o intuito de caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa, contendo itens sobre idade, nível de instrução, ocupação profissional. A entrevista semiestruturada aconteceu de maneira individual e gravada para posterior transcrição das respostas dadas. A entrevista contava com perguntas que versavam sobre os significados do construto maternidade, desejo materno, práticas de cuidados dos filhos, experiência de subjetivação no trabalho profissional, mudanças e rupturas na experiência de tornar-se sujeito do discurso materno.

Com relação aos percursos éticos, após a submissão e a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética (22985719.1.0000.5188), deu-se início à produção dos dados. A busca de sujeitos para o estudo inicialmente realizou-se a partir de uma divulgação informal da pesquisa no círculo de colegas na universidade. Antes de qualquer contato direto com as mulheres mães, outros (terceiros) que possuíam indicações de mulheres com esse perfil desejado realizaram uma verificação acerca do interesse dessas participantes no estudo. Somente depois de terem obtido a autorização dos possíveis sujeitos de pesquisa, esses terceiros forneceram os nomes e telefones das interessadas; em seguida, foram abordadas diretamente, sendo nesse momento informadas acerca do estudo, explicitando-se o caráter voluntário da participação e solicitando a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise dos dados coletados nas entrevistas foi realizada a partir da Análise do Discurso inspirando-se nas contribuições foucaultiana (Foucault, 2014), que tratam os discursos para além das relações entre significante/significado, considerando os discursos como prática sociais, que organizam a realidade, formando sistematicamente os sujeitos e objetos de que falam. Assim sendo, atentou-se para a importância de descobrir as formas de racionalidade que organizam as maneiras do dizer e do fazer, na relação consigo mesmo e com as coisas.

Nesse tipo de análise, segundo Fidalgo (2000) e Nogueira (1996), entende-se que o lugar que as pessoas assumem nos discursos, suas posições de sujeito, serão definidoras de suas ações discursivas, que pode ser, negar ou normalizar essa naturalização da capacidade de cuidar como atributo feminino, por exemplo. Para além disso, essas ações refletem na realidade social, entendidos como efeitos discursivos.

3. Resultados e Discussão

Participaram desse estudo 9 mulheres entre 25 e 35 anos, com filhos com idades entre 1 ano e 2 anos. No que se refere ao estado civil, todas eram casadas, apenas em um caso a relação não estava oficializada. No que diz respeito à

formação profissional, a amostra foi composta por advogadas (4), Ciências sociais (1), biológica (1), contadora (1), biomédica (1) Administradora (1), embora tenham ensino superior completo, apenas 6 exerciam a profissão de formação, a renda familiar variava entre 2 e 8 salários mínimos, apenas 1 afirmou não saber ao certo a renda, em decorrência da instabilidade dos trabalhos remunerados.

Partindo dos procedimentos anteriormente citados, devemos lembrar que, o sujeito discursivo é pensado como “posições”, ou seja, o sujeito materno, o sujeito mulher, o sujeito esposa, são posições não uma forma de subjetividade – fixa e completa, trata-se de um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (Foucault, 1997). A “boa mãe” por exemplo, é a posição que as mulheres devem e podem ocupar para ser sujeito do que diz, o que significa, se reconhecer e ser reconhecido sujeito do discurso materno legitimado socialmente pelos dispositivos, posições que terão efeitos para a realidade social das mulheres. Assim, foram sumidas que duas grandes unidades de análises, designadas como “*Carga mental contínua: a cabeça de uma mãe não para*” e “*Desresponsabilização paterna na economia do cuidado: ele não leva muito jeito*”, como sendo esses, alguns dos principais efeitos discursivos decorrentes das práticas discursivas que naturalizam nas mulheres a capacidade de cuidar, reverberando nos modos como as mulheres fazem a experiência de si no processo de subjetivação materna.

Carga mental contínua: “a cabeça de uma mãe não para”

É imperativo destacar que “o amor materno e o “cuidado naturalmente disponível” são entidades construídas socialmente e não representações cognitivas pré-formadas, ou seja, não são espontâneas, existem diversos fatores que podem influenciar no desenvolvimento, forma e modos de vivencia-los. Estes acontecimentos, não existem enquanto unidades universais e necessárias, assim como não existe a verdade, a doença mental, a sexualidade, eles assim se tornam acontecimentos mediante práticas históricas específicas e raras (Candiotto, 2006).

As discursividades que causam essa a associação intencional e ideológica entre o sujeito materno, o amor materno e a maternagem, e entre o âmbito materno e o âmbito doméstico (Zanello, 2018, Santos, 2019), em função *de uma suposta disponibilidade natural ao cuidado nas mulheres*, tem acarretado até os dias atuais, a) na naturalização dos papéis sociais, b) uma autocobrança interna e afetiva c) na cobrança de um saber-fazer que seria natural e d) a culpa de um não-sentir - o amor materno nas formas idealizadas, que também viria ser espontâneo e natural. Somam a esses efeitos discursivos, a carga de trabalho desigual, o silenciamento dos afetos negativos, mas sobretudo, uma carga mental permanente em decorrência dessas questões argumentadas acima, sobretudo no processo de subjetivação materna, como identificado nos enunciados apresentados a seguir.

(A31) [...] adaptar desde o que comer até o jeito de tomar banho (risos), nunca mais sozinha.

(C31) [...] eu me acho um pouco cansada demais, sabe? Eu não me julgo nem preguiçosa, porque eu acho que mudou muito, minha vida assim, pra... pra tá dizendo eu sou preguiçosa. Mas, assim, eu me acho mais cansada do que deveria [...] é difícil analisar esse cansaço, porque alguém tem que cuidar, ele sente fome, tem que ter comida, ele suja roupa, tem que limpar, ele quer colo tem que dar, e isso cansa quanto? Você pode me perguntar, cansa muito, mas quem vai fazer e se eu sou a mãe tenho que fazer, não é uma questão de escolha, né?

(J30) A rotina de uma mãe é puxada, desde a hora que nasce, a minha foi [...] é você realmente acordar todos os dias de madrugada, é você fazer leite muitas vezes quando tá cansada, pronto... você tá beba de sono, porque não dormiu bem a noite, quer descansar durante o dia, e não conseguir porque a criança não dorme, e você tem que ficar com ela, e ainda tem que brincar, que achar estratégias, tem que se virar...

Teoriza Zanello (2018) que, simbolicamente e materialmente, as mulheres são ensinadas como alimentarem outras pessoas, mas não a si próprias, como efeito dessa prática discursiva, consideram subversivo, ambicioso ou egoísmo qualquer desejo de auto-alimentação e cuidado consigo. Com isso, delas é exigido (como exigem de si) que desenvolvam uma economia

de cuidado totalmente voltada para o outro, essa é a base de funcionamento de um certo ideal de maternidade que tem funcionado como um dispositivo de poder, o cuidado de si ser posto como cuidado do outro.

Essa realidade, posta em discurso nos enunciados corroboram com a argumentação da teórica acima, uma realidade produzida a partir das formações discursivas que, naturalizam o cuidado, e que tem como principal efeito discursivo, uma carga mental contínua vivenciada pelas mulheres, sobretudo na experiência de maternidade. Essa economia de cuidado, é mantida a partir de um exaustivo gerenciamento de todas as responsabilidades, que as mulheres são socializadas para assumir ou que assumem por fatores externos variados.

Por conseguinte, a responsabilização das mulheres pela economia do cuidado é a posição de sujeito posta socialmente por praticas discursivas normativas, representa um dos caminhos de validação para as mulheres na experiência de maternidade. Mas o efeito disso na vida das mulheres, é uma carga mental contínua, que precisa ser problematizada tanto quanto o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico, sobretudo porque tem sido normalizada como a capacidade das mulheres de serem multitarefas (Federici, 2019; Corrêa, 2022).

Para tanto, Zanello (2018) nos chama atenção para a necessidade de desnaturalizar, dessentimentalizar e desgendar o cuidado para ser possível entender a natureza que a maternagem implica na vida das mulheres, para além da experiência da maternidade. Como disse Badinter (2011, pág. 13), esse “[...] apelo sempre renovado do instinto materno, e dos comportamentos que ele pressupõe [...]” pode ser pensado como o pior inimigo da maternidade, quando analisamos os seus agenciamentos e o amplo potencial de fragilização subjetiva para as mulheres. E acrescenta que, quanto mais intensa for esta experiência, e até mesmo exclusiva, mais haverá chance de conflitos com outras reivindicações, e mais difícil torna a negociação entre os modos de subjetivação. Com pensamento semelhante, **Zanello (2018), pontua que**, quanto mais as mulheres-mães são impedidas a exercerem a função materna nestes termos, mais elas inexistem como pessoas, como sujeitos autônomos.

Zanello (2018) e Marcello (2005) nos explicam que esse ideal de maternidade transformou o cuidado em uma das principais qualificações para as mulheres enquanto sujeito de uma ação moral, não apenas sujeito materno, o que não ocorre da mesma maneira com os homens. Essa transformação vai ocorrendo ainda na infância, e ao longo da vida são inúmeros os investimentos tanto para que mulheres “movam montanhas por amor”, ou seja, que se conduzam em benefício do outro, como também, para que vigiem as formas de si comportarem, posto que, estas irão afirmar ou não uma “moralidade em suas ações.

(T35) [...] vem toda a cobrança de tudo que pode acontecer com a criança estar vinculada a sua pessoa, muito mais do que com seu companheiro. [...] É essa visão que é turva, ao mesmo tempo que eles colocam você como dádiva, essa dádiva, esse ser capaz de gerar um bebê, vem o ônus, que é essa responsabilidade muito, muito, maior. Como se prioritariamente o bebê é seu e é o que a sociedade coloca mesmo

Nesse enunciado afirma-se que, prioritariamente o “filho é da mãe” não por questões biológicas, mas sim por causa de todo um consenso e imposição social, decorrente dos discursos que legitimam essa suposta capacidade “natural” de cuidar nas mulheres, que além de centralizar nelas o trabalho do cuidado, também as responsabiliza - sob o risco de punições – por todo o bem estar físico, emocional, social, etc; “*vem toda a cobrança de tudo que pode acontecer com a criança estar vinculada a sua pessoa, muito mais do que com seu companheiro.*”(T34)

Macêdo (2020), enquanto mãe e pesquisadora, discute que as mulheres internalizam, em meio as relações de poder vigente na sociedade, que cabe a elas a realização do cuidado, sobretudo por ser algo requisitado por todos os membros da família, processo marcado por exaustão e opressão. Segundo a autora, algumas mulheres consideram que cabe a elas a realização desses “afazeres”, dispensado tempo ao cuidado de si mesma, como relata sua experiência na pandemia, “[...] não há

nenhum horário rígido a seguir. Mas eu não consigo ficar na cama. [...] As obrigações que internalizei como mãe, esposa e dona de casa me convidam: café da manhã, cuidados da casa, almoço, louça, roupa, jantar [...] (Macêdo, 2020, p. 189)

Nos enunciados de Macêdo (2020), assim, como os enunciados desse recorte, demonstram o modo como psicologicamente em função de “capa afetiva e natural” do cuidado, as mulheres tem sido exploradas em diversas dimensões biopsicossociais, não somente materialmente. E para além disso, fala-se o quanto essa realidade histórica tem sido injusta e nociva para as mulheres, principalmente, porque trata-se de uma condição imposta enquanto norma social, ou seja, uma condição onde não há possibilidade outras, para as mulheres fazerem a experiência de si na maternidade, sem que corram o risco de sanções, principalmente sociais. As práticas impostas esgotam o tempo e a energia das mulheres, sem que sejam dadas possibilidade de negociação e/ou estilização dessas, como se, houvesse uma bifurcação de caminhos, onde as mulheres deveriam escolher entre o bem estar do filho ou bem estar delas.

(E28) Na forma como exigem de nós, não há negociação, não há meio termo, isso é justo? Eu amo minha filha, quero oferecer o meu melhor, mas também preciso estar bem, difícil... muito difícil. Por isso que a cabeça de uma mãe não para, não tem como parar, e tem, mas também o preço de se sentir mal, de ser vista mal... enfim

Esses enunciados falam sobre a pressão afetiva presente na socialização das meninas, como práticas discursivas normativas que engendram também essa suposta naturalização do cuidado nas mulheres, pressão que se estende a vida adulta, sob o risco de perder aprovação social, principalmente no processo de subjetivação materna, que para as mulheres, significa serem julgadas moralmente, “*a cabeça de uma mãe não para, não tem como parar, e tem, mas também o preço de se sentir mal, de ser vista mal*”. Nessa sequência discursiva, o permanente estado de alerta e atenção para cumprir todos os deveres impostos, internalizado pelas mulheres é tratado enquanto nocivo para a saúde mental das mulheres, ao mesmo tempo, que funciona como um recurso coercitivo. Sobre isso Badinter (2011) e Zanello (2018), explicam como “as culpas maternas” tem sido um grande aliado do dispositivo materno, para que a mulher exerça a maternidade de maneira mais próxima dos ideais de maternidade socialmente esperado, que entre outras questões, requer um permanente estado de alerta.

Esse estado, de carga mental permanente ou essa jornada de trabalho contínua para as mulheres, pode ser definida como uma das faces mais cruéis da cultura sexista, o contínuo planejamento e a sequência de trabalho que são tão esmagadoras, que os limites entre a vida doméstica e de trabalho se dissipam, de modo que, se há alguma possibilidade de não trabalhar para as mulheres, principalmente as mães, esta se dá, apenas quando estão dormindo (Corrêa, 2022), se é que conseguem dormir! Falar sobre uma jornada contínua, e não jornadas duplas ou triplas, significa expor o permanente estado de alerta e atenção que (sobre) vivem as mulheres nessa histórica, sobrecarregando-as, de modo que [...] não tem tempo para criar, para cuidar da própria saúde, para investir na carreira ou simplesmente ter oito horas de sono. A carga mental transforma as mulheres em zumbis, permanentemente ocupadas (Corrêa, 2022, pág. 60).

Para Oliveira (2003, pág. 36), essa carga mental e todas as outras obrigações que sustentam a vida privada são invisibilizadas, desconhecida ou descartadas, ou sequer contabilizadas em seu valor monetário, por uma razão principal, [...] a invisibilidade das mulheres. A negação de sua existência desemboca necessariamente na negação de tudo que fazem”. Segundo a autora, com a expressão “*nosso corpo nos pertence*”, as demandas agora tratam da conquista de seus, “*nosso tempo nos pertence*”, para isso, é preciso que as relações invisíveis entre o espaço doméstico e o espaço públicos saiam da obscuridade, é preciso que a vida privada seja reconhecida como promotora também da civilização, e não como atribuição/responsabilização naturalmente feminina, transformar um bebê recém-nascido, em uma pessoa, um cidadão é um ato civilizatório e político por excelência.

Desresponsabilização paterna na economia do cuidado: “*ele não leva muito jeito*”

Se no século XVIII a experiência da maternidade configurada a partir dessa naturalização do cuidado, ao ser exaltada como um empoderamento, significou na realidade acúmulo de trabalho, culpas e uma carga mental contínua para as mulheres (Badinter, 1985; Zanello, 2018). Atualmente, essas linhas discursivas se atualizaram, por meio de uma nova exaltação, representada pela mulher moderna que dar-conta-de-tudo-e de-todos, que tem como modelo a poderosa *mulher-maravilha* (Cunha, 2016; Gava, 2021). O que tem significado na realidade, além dos acúmulos já citados, em sofrimentos psíquicos, como: ambivalência materna (Rizzato, 2021), burnout materno (Silva, 2021), depressão pós-parto (Cronemberger, 2019), síndrome da impostora (Parrella & Perico, 2022), entre outras, posições e efeitos discursivos que interpelam as mulheres.

E os homens? Sem a pretensão de anular ou ser indiferente a questões que possam atravessar no processo de subjetivação paterna, os quais fogem do escopo desse trabalho, ainda assim é possível questionar, por exemplo, há ambivalência paterna? E o amor paterno é incondicional? Quando nasce um pai, não nasce uma culpa? São questionamentos que endereçam a um único lugar: a imposição de um ideal de maternidade (que supõe procriação e maternagem unidos de forma “natural”), sendo uma arma quente do patriarcado e, portanto, as bases para o seu funcionamento são as formações discursivas sexistas, e o sistema capitalista.

Logo, os homens não são excluídos desse dispositivo de maternidade, pelo contrário, como afirma Zanello (2018), são os que mais lucram com os dispositivos amorosos e maternos, por essa razão não há “necessidade” de um dispositivo paterno ou parental. E quando a autora afirma que lucram com esses dispositivos, se refere a todo o trabalho de cuidado que recebem “por amor”, o que possibilita ascenderem profissionalmente, ao mesmo tempo, com o dispositivo materno eles tem o privilégio de ocuparem uma posição no discurso de “ajudar” no trabalho de cuidado dos filhos e seus desdobramentos, ele tem o privilégio de serem inútil com relação a esses trabalhos, e mais ainda, o direito de não querer os filhos que tem.

Sobre isso, Zanello (2018) afirma que, há homens que são bons pais, mas a questão é que “[...] não sê-lo (infelizmente, o que ainda é o mais comum) não coloca em xeque o “verdadeiro” valor de um homem como homem.” (Zanello, 2018 pág. 157), ou seja, enquanto as mulheres são cobradas de um saber-fazer “natural”, os homens podem apenas gozar de um não-saber fazer, e quanto mais as mulheres carregam pensamento sexistas, de que possuem uma capacidade natural de cuidar, mais os homens lucram, é sobre essas questões que fala os enunciados.

(G33) Ele não tem muito jeito, então eu meio que assumi a maior parte do trabalho, a gente sempre assume né? (risos), depois que minha mãe saiu ficou bem pesado, porque ela me ajudava em tudo, mas vejo que meu marido tenta.

Nesses enunciados, o sujeito assume a posição de responsabilização pela economia do cuidado, menos pela normalização dessa posição e mais em decorrência dos conflitos. Porém, um ponto que chama atenção nesses enunciados, é a desresponsabilização dos homens na economia do cuidado, em razão da incapacidade natural de cuidar, que se desdobra na incapacidade de exercer o trabalho doméstico e de manutenção do lar. Essa desresponsabilização, além de naturalizada, também foi normalizada no imaginário social, como efeito dos discursos de naturalização do cuidado enquanto feminino.

Nos trabalhos de Zanello (2018) e Badinter (1985), observa-se que desde sua constituição, esse ideal de maternidade reforça a divisão sexual do trabalho, principalmente porque sua emergência está relacionada com a emergência do capitalismo, “[...] o papel de “dona de casa” surgiu como desdobramento naturalizado da maternidade, como tarefa “essencialmente” feminina.” (Zanello, 2018, pág. 145). Segundo Hooks (2020), todos as pessoas participam da disseminação do sexismo, seja por não compreender o sexismo ou porque o compreendem, mas não o pensa como um problema.

A manutenção dessa desresponsabilização dos homens, ocorre também, porque os discursos sexistas que naturalizam o cuidado produzem também, uma cadeia ou o ciclo de expropriação do cuidado que tende a se repetir de forma

transgeracional (Zanello (2018; Hooks, 2020), quando as meninas são interpeladas a cuidar dos irmãos, resultando também, em uma educação que transmite o pensamento sexista para as crianças. Logo, o preço desse efeito discursivo, tem sido não somente para as mulheres a desresponsabilização dos homens, assim como a carga mental permanente nas mulheres tendo efeitos no modo como as crianças estão sendo cuidadas, ou no modo como as crianças tem sido negligenciadas. Não há dúvida que os homens tem exercido uma parentalidade mais ativa, principalmente em decorrência das intervenções feministas, mas ainda não foram alcançados nem um traço da equidade de gênero. Bell Hooks (2020), afirma que, está se formando uma realidade onde as mulheres estão abrindo mão de uma carreira profissional para ficar em casa, por medo de estarem criando uma sociedade de crianças “sem pai e mãe”. Por fim, é possível sugerir que o principal efeito dessa naturalização da capacidade de cuidar nas mulheres, é a incapacidade de cuidar, sobretudo delas, porque estão exaustas, tentando cuidar de todo o mundo, cansadas *de pedir ajuda*.

4. Conclusão

Nesse trabalho analítico, identificou-se alguns enunciados por meio dos quais, os sujeitos assumem posições que não exercem interpelações que poderiam coloca-los, em posição para problematizar, os discursos que o constitui e construir discursos alternativos. Logo, mobilizam um dizer que remete as produções discursivas socialmente legitimadas pela cultura sexista e suas tramas de opressão, que foram normalizadas e incorporadas, podendo endereçar para quadros de compreensão da realidade pautados na reprodução dessas raízes históricas que só contribuem para a perpetuação de relações de desigualdade, exploração e opressão.

Conclui-se que a naturalização do cuidado ao mesmo tempo que, romantiza o cuidado parental como prática materna normativa, moraliza a prática materna como ação moral das mulheres. Os efeitos disso, tem endereçado as mulheres para experiências de maternidade despotencializadora, principalmente porque, reforça e/ou causam uma progressiva negação da existência das mulheres enquanto sujeitos de ação, posto que, essa normalização vai sendo nutrida a partir de práticas que desumanizam as mulheres.

Entre as camadas desses efeitos discursivos apresentados pelas mulheres participantes da pesquisa, é possível verificar a naturalização dos papéis sociais; a sobrecarga física e um permanente estado de alerta e atenção para cumprir todos os deveres impostos/assumidos - pela autocobrança interna e afetiva; o sofrimento ou culpa quando não conseguem sentir satisfação ou realização em responsabilizarem-se ou serem responsabilizadas pelo trabalho de cuidado e trabalho doméstico; a exploração desses trabalhos e a desvalorização do trabalho feminino; efeitos que endereçam as mulheres a experiências de solidão, impotência e fracasso.

Referências

- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Record.
- Candiotto, C. (2006). Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/formação*, 29, 65-78. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200006>
- Côrrea, R. (2022). *Monumento para a mulher desconhecida: ensaios íntimos sobre o feminino*. Rocco.
- Cronemberger, L. F. (2019). Ser mãe é padecer no paraíso? O dispositivo da maternidade nas narrativas da depressão pós-parto. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório institucional da UFPB: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18126>
- Fidalgo, L. D. A. (2000). *(Re) construir a maternidade numa perspectiva discursiva*. [Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto]. file:///C:/Users/Renata/Downloads/87781_W_4_FID_001_01_P%20(7).pdf
- Forna, A. (1999). *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Ediouro.
- Foucault, M. (1997). *A Arqueologia do Saber*. Vozes.

- Hooks, B. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos tempos.
- Macêdo, S. (2020). *Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid19: tecendo sentidos*. Revista do NUFEN, 12(2), 187-204. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>
- Marcello, F. D. A. (2005). Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. *Revista Brasileira de Educação*, 139-151.
- Minayo, M. C. D. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Nardi, H. C., & da Silva, R. N. (2004). A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização. *Educação & Realidade*. Recuperado de <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25425>
- Nogueira, C. (1996). *Um novo olhar sobre as relações de gênero: perspectiva crítica na psicologia social*. [Tese de Doutorado, Psicologia Social e das Organizações]. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_381fb5ac203196b172df9ba95e8f2c07
- Oliveira, R. D. de. (2003). *Reengenharia do tempo*. Ed Rocco.
- Parrella, W. D. C., & Perico, J. Q. (2022). Desafios vivenciados por mulheres em cargos de liderança sob a perspectiva de gênero.
- Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Rizzato, A. L. (2021). Ainda o mito do amor materno... o cansaço de mulheres exercendo a maternidade na pandemia.
- Santos, T. S. M. (2019). A maternidade, a mulher e a história. In *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019* (Vol. 16, No. 1).
- Scavone, L. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. Editora UNESP.
- Silva, M. S. L. D. (2021). Um olhar para além da beleza da maternidade: Burnout materno–exaustão e sobrecarga de mães. [Monografia, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal da Paraíba]. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21342>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.